

ASPECTOS DIPLOMÁTICOS E SOCIOHISTÓRICOS EM TESTAMENTOS DA BAHIA COLONIAL

Rafaela Muniz de Andrade ¹
Norma Suely da Silva Pereira ²

RESUMO

Os testamentos, além de apresentarem as disposições do testador quanto aos seus bens após a morte, informam a composição das famílias, padrões socioeconômicos, escolhas religiosas e outros hábitos culturais do passado. Na América portuguesa, orientado pelo ritual católico da “boa morte”, o testador dispõe da terça de sua alma para constituir seu legado piedoso, com vistas a alcançar a salvação. A análise crítico-filológica com base teórica transdisciplinar aplicada ao *corpus* selecionado observa aspectos da escrita e outros relativos ao teor dos documentos. No presente estudo, realiza-se breve apreciação das fórmulas de abertura, à luz dos estudos da Diplomática e da Tradição Discursiva (TD) e de aspectos que caracterizam diferentes perfis dos testadores, bem como examinam-se perfis étnicos de escravizados e libertos na diáspora ultramarina, por meio da análise das formas de nomeação, com o auxílio dos princípios da Onomástica e da Lexicografia. O estudo demonstrou que o gênero testamento, mantém as suas características principais durante o período colonial, com poucas variações quanto as fórmulas. Ficou também evidenciada a variedade dos perfis de testadores, bem como a origem de diferentes expressões que estão na base da discriminação pela cor da pele ainda hoje vivenciada. O estudo ratifica a importância dos estudos filológicos e paleográficos para o adequado estudo das fontes manuscritas.

Palavras-chave: Testamentos coloniais, Filologia, Paleografia, Escravidão, Tradição Discursiva.

1. INTRODUÇÃO

O estudo de documentos pretéritos permite ao pesquisador o conhecimento da escrita, costumes e tradições de um determinado povo, bem como a percepção das mudanças ou manutenção de aspectos culturais diversos em períodos distintos. A Filologia interessa-se pela análise do texto, o que inclui, além da língua, os princípios sócio-históricos e culturais da sociedade que o produziu. Desta maneira, busca analisar criticamente os testemunhos, restaurando os documentos, quando necessário e

¹ Graduanda no curso de Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação científica, Programa Permanecer/UFBA. E-mail: rafaelamuniz@outlook.com;

² Professora Associada I do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br.

pertinente, fazendo circular os textos através das técnicas de edições, conservando assim, além do registro material, uma parte da história ali preservada.

Os documentos notariais utilizados como *corpus* de análise no presente estudo pertencem aos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, uma coleção de seis volumes cujos documentos remontam aos quatro primeiros séculos da colonização. O conjunto de manuscritos editados, abarca registros datados do século XVI ao XIX e evidencia o conjunto de bens amealhados pelo Mosteiro de São Bento da Bahia no período (TELLES *et all*, 2016).

Na América portuguesa, redigir testamentos foi prática bem comum, sendo um costume clássico e tradicional entre os católicos, conforme assinalam Rodrigues e Dillmann (2013). O testamento traduzia os últimos desejos manifestados pelo indivíduo, normalmente em idade avançada, enfermo, ou em situação de risco iminente, condições que tornavam necessária a definição de medidas espirituais e temporais a serem adotadas após o seu falecimento. Essa tradição era seguida por pessoas das mais diversas condições socioeconômicas, de bem-sucedidos a livres e forros, desde que possuíssem algum bem ou patrimônio.

A análise crítico-filológica dos registros estudados, desempenhada em perspectiva transdisciplinar, movimentou conhecimentos de áreas diversas tendo a finalidade de elucidar o contexto e os múltiplos aspectos que possam interessar ao pesquisador (ANDRADE; PEREIRA, 2020). Neste artigo objetivou-se realizar breve análise paleográfica e diplomática, observando a ocorrência de repetições de termos e fórmulas, próprias da tradição discursiva (TD) do gênero Testamento, bem como estudar aspectos sociais relativos aos perfis de testadores, bem como os perfis étnicos de escravizados e forros mencionados em meio aos bens que constituem o patrimônio do testador.

Atendendo ao culturalmente preconizado para o ritual de “boa morte” o cristão deveria empenhar-se em evidenciar seu arrependimento pelos pecados cometidos ao longo da vida, com o fim de alcançar a salvação da alma após o seu falecimento. Para tanto, apresentava a divisão da terça parte de seus bens, a chamada a “terça da alma”, estabelecendo a doação do legado piedoso, que era em geral destinado para instituições religiosas e para o benefício de órfãs, alguns pobres, pagamento de dívidas e concessão de alforrias. No testamento ficam definidos ainda os responsáveis jurídicos pela validação e cumprimento das disposições, bem como a quantidade de missas e

sufrágios, para que possa sua alma redimir-se dos “pecados”, sair do Purgatório e alcançar a salvação (PEREIRA, 2015).

Muitas vezes é possível conhecer ainda outras especificidades, como o local em que o documento foi formalizado, que era, em geral, a própria residência do testador, devido à situação de doença em que comumente se achava à época. Entretanto, nem todos os documentos trazem o mesmo detalhamento, sendo muitas vezes possível conhecer apenas o nome da Capitania em que se firmou o documento.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi recolhido um *corpus* formado por 5 testamentos datados entre os séculos XVI e XVIII, que se encontram registrados nos *Livros Velho* e *Livros I e II* da Coleção de Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Os documentos foram submetidos a uma análise crítico-filológica, para exame de elementos diplomáticos, paleográficos e onomásticos, como meio de estudar características da tradição discursiva, bem como aspectos relativos aos perfis sociais dos testadores e de africanos escravizados e seus descendentes no contexto da diáspora da América portuguesa. O *corpus* utilizado foi acessado por meio digital, consultando-se edições fac-similares e semidiplomáticas, disponíveis *online*, no site do Mosteiro de São Bento da Bahia. Para o esclarecimento do vocabulário foram utilizadas duas obras lexicográficas sincrônicas: Bluteau (1728) e Antônio Moraes Silva (1789).

Para este estudo foram selecionados para compor o *corpus* os seguintes documentos: o testamento de Gabriel Soares de Souza (TGSS), datado de 1584, composto por 06 fólios e pertencente ao *Livro Velho*; o testamento de F. Dias (TFD), datado de 1601, *Livro I*; o testamento de Garcia D’ Avila (TGDA), datado de 1609, com 06 fólios que integram o *Livro II*; o testamento de G. A. Ryos (TGAR), datado de 1702, total de 05 fólios, e o testamento de P. Siqueira (TPS), datado de 1646, ambos pertencentes ao *Livro I*. Todos são escritos no recto e no verso dos fólios. Possuem, entre outras partes, o protocolo inicial, contendo o termo de abertura, a invocação, a titulação, direção, saudação e datação; o texto; o protocolo final com a assinatura, datação, os nomes dos testadores e o termo de encerramento. Os elementos do protocolo inicial serão o foco de análise neste artigo assim como as disposições do legado presentes na parte do texto.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O responsável pela escrita dos testamentos era o próprio testador ou, a seu pedido, alguém de sua confiança. Em geral eram escritos quando o testador se sentia em risco de morte. Este costume idealizava a conservação das culturas pré-tridentinas que contradiziam as novas orientações sucedidas da Reforma Católica de dar prioridade a escrita do testamento em situação de vida saudável, sem indicio de alguma moléstia, e que sucederam a nortear os manuais de boa morte desde meados do século XVI, estimulando a obrigação de examinar em saúde e em consciência perante a incerteza da morte e do risco de se morrer subitamente (PEREIRA, 2015; RODRIGUES e DILLMANN, 2013; ARAÚJO, 1997).

A forte influência da Igreja pode ser percebida na redação dos documentos que conta com abundante inserção de termos e expressões que remetem à ideologia do mundo cristão. Faz parte também da tradição discursiva dos testamentos a explicitação de informações sobre a vida familiar do testador, suas escolhas religiosas, os temores e mistérios relacionados ao momento da morte, bem como a declaração de um balanço dos bens materiais que integram a terça da alma e que participam da divisão.

3.1. Aspectos Diplomáticos

A Diplomática preocupa-se com a interpretação do texto, explorando seus elementos internos e externos para analisar a língua, o estilo e o teor do documento, verificando sua autenticidade. Seguindo as orientações apresentadas por Duranti (2015) serão mostrados, assim, alguns dos aspectos diplomáticos presentes no protocolo e no texto de cinco testamentos que compõem o *corpus* examinado.

Conforme assinala Duranti (2015, p. 203), o “*protocolo*, contém o contexto administrativo da ação [...] e *formulae* iniciais”. No *corpus* examinado, os fólios apresentam no recto a rubrica do escrivão na margem superior e a numeração da página no canto superior direito. Quanto à abertura dos testamentos, observa-se a manutenção de um padrão: principia-se com a invocação, com a menção de Deus ou da Trindade, seguida da datação, do nome do testador e da sua motivação.

Quadro 1: Elementos do protocolo inicial

Título	“[...]=Testamento=[...]” (TGAR, <i>LIT</i> , 1702, f 158v, L. 4).
--------	---

Invocação	“[...] Emnome daSantíssima Trindade Padre/Filho Esperito Santo três pessoas e hũ só Deus verdadeiro [...]” (TGAR, LIT, 1702, f 158v, L. 4-5).
	“[...] Em nome de Deus amem [...]”. (TPS, LIT, 1646, f 242 v, L. 3-6).
	“[...] Emnome da Santissima Trindade Padre Filho Esperito Santo tres pessoa/ ehum sô Deus verdadeiro em quem bem efirmente crêo, edaSacratissima Vir/gem Maria [...]” (TFD, LIT, 1601, f 240 v, L 18-20).
	“Em nome Deos. Amen. [...]” (TGDA, LIIT, 1609, 70 v, L. 1)
	“Em nomedo PadreedoFilhoedo Espiritu Santo Amen [...]” (TGSS, LVT, 1584, f 163 v, L 1)
Data cronológica	“[...] no Anno do Nasçimento de/ Nosso Senhor Jesus Christo demil esetessentos edous annos acatorze deFevereiro[...]” (TGAR, LIT, 1702, f 158v, L. 6-8).
	“[...] est[a] cedula de/ testamento virem que no anno doNasçimento deNossoSenhor Jesus Christo de/ mil eseisçentos equarenta eseis annos, aos vinte esete dias domes de Junho [...]” (T.P.S. LIT, 1646, f 242v, L. 3-6).
Subscritor	“[...] Eu G. A. R. estando em meu perfeito Juízo eem-/tendimento [...]” (TGAR, LIT, 1702, f 158 v, L. 8-9)
	“[...] eu P. de S. estando enferma dedoença que Deus medeu, [...]” (T.P.S, LIT, 1646, f 242 v, L. 3-6).

Fonte: Elaboração das autoras a partir da descrição de Bellotto (2002)

Nos trechos de testamento destacados acima, verifica-se uma manutenção das fórmulas, com pequenas variações, atendendo a praticamente todos os quesitos exigidos pelo texto jurídico. No trecho do TGAR verifica-se no início do protocolo de um dos documentos a ocorrência do título “Testamento”, destacando o tipo documental, mas esse não é elemento presente em todos os registros analisados Na invocação conforme exemplificado no *quadro 1* a fórmula pode ser mais curta e simples, “Em nome Deos. Amen. [...]”, como ocorre em dois dos documentos, ou mais ampla, fazendo referência à “Trindade” e explicando-a às vezes, que é o mais comum.

Observa-se que tanto na invocação, na datação, como na explicação da motivação para o testamento, que inicia a parte do texto, todas as fórmulas remetem ao contexto teocêntrico, de inspiração medieval. Conforme também analisado por Araújo (2005), que estudou testamentos transcritos nos *inventários do 1º Ofício da capital de São Paulo, 1800-1850*, em geral, o prólogo continha a saudação utilizando o sinal da cruz e alguns dados pessoais do testador como o nome, estado civil e o local onde morava, acompanhado do preâmbulo religioso com a encomendação, considerações sobre o estado de saúde, sobre a vida e a morte, finalmente a razão do testamento. Em

nosso *corpus* não estava presente apenas o uso do sinal da cruz, tendo sido encontrados todos os demais elementos.

No corpo do texto, observam-se as disposições espirituais ou índices de virtude do espírito com o desígnio da vestimenta que deveria envolver o morto, em geral o hábito de São Francisco, como sinal de humildade, e do local onde deveria ser feita a sepultura, preferencialmente próximo ao altar-mor, para estar mais perto de Deus. Utilizando entre outros elementos com o intuito de atestar a humildade e religiosidade do testador, reforçando suas súplicas pela salvação de sua alma (PEREIRA, 2015).

3. PERFIS DOS TESTADORES

A identificação do testador é descrita no próprio documento, ocorrendo tanto no protocolo inicial, quando é identificado nominalmente, quanto no corpo do texto, em que são apresentadas outras características pessoais:

Quadro 2: Perfis de três dos testadores:

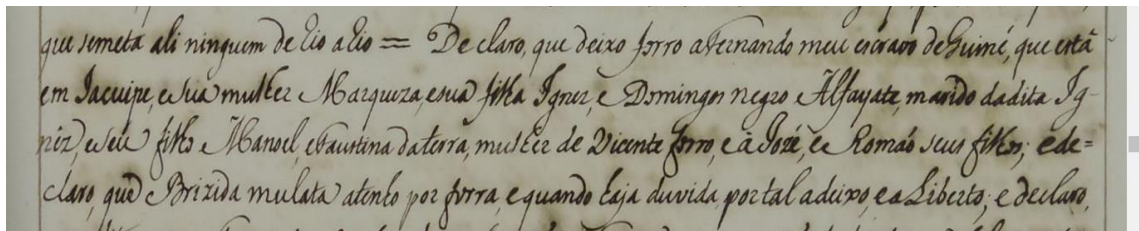
<p>G. S. Souza (1587)</p>	<p>Gabriel Soares de Souza foi um fidalgo português, capitão mor e governador da conquista e descobrimento do Rio de São Francisco. Por ser letrado e fazer parte da nobreza local, tem a autonomia de redigir o documento sem o apoio de algum tabelião. Estava de viagem marcada para Europa e por isso faz o seu testamento: [...]estando Eu Ga/ briel Soares de Souza deCaminho pera Espanha Sam e bemdisposto em todo o meu Enten/ dimento e prefeito Juizo [...] TGSS, LVT, 163v, L. 30-32. Como possui grande fortuna para doar, e não tinha filhos ou outros herdeiros forçados, o testador estabelece um funeral com bastante pompa e ostentação, determinando que deseja missas por sua alma “enquanto o mundo durar” (TGSS, LVT, 165r, L. 50).</p>
<p>P. Siqueira (1642)</p>	<p>Da testadora P.S., pouco se sabe, apenas que tem um filho e que tem provavelmente uma relação conjugal com F. Machado, de quem afirma ser meeira. Tem poucas posses relacionadas em seu legado, ficando a maioria dos bens para esmolas para os mais pobres e para a Igreja. A testadora não tem domínio da escrita, como se verifica no trecho: “[...] eu dito Taballiaõ lho-aprov/o/r hey por-aprovado/tanto quanto, e em direito devo e posso e pella dita testadora Paula de Siqueira/ ser mulher, e nao saber asignar e rogou, a Manoel [...] que por ella, o asignasse [...]” (f. 243 v, L.19-22).</p>
<p>G. A. Ryos (1702)</p>	<p>O testador declara ser natural do Bispado de Porto, Freguezia de Santa Maria Magdalena, e que é filho dos finados D. Gaspar e A. Antonia. Foi casado com A. de Britto e não tem herdeiros suficientes, deixando do seu legado doações para alguns parentes, amigos próximos, e alguns órfãos pobres, além da definição para pagamento de dívidas.</p>

A análise dos testamentos mostra um retrato da realidade daquela época, a exemplo da situação das mulheres, que mesmo sendo “autoras” de um documento oficial não tinham a possibilidade de escrevê-lo e nem mesmo assiná-lo, como é o caso de P. S. (1642), que por não possuir a habilidade da escrita, precisou recorrer a outros escreventes para lhe garantir o direito.

4. Perfis étnicos de escravizados e forros

No *corpus* analisado fica demonstrado, por meio dos epítetos que acompanham os prenomes de pessoas escravizadas e libertas, a diversidade de origens e a construção de novas identidades para as pessoas escravizadas, na América portuguesa. O estudo dos epítetos é feito pela Antroponímia, parte da Onomástica que estuda a constituição dos nomes individuais, aí incluídos os sobrenomes, epítetos e alcunhas (DICK, 1998). No trecho em destaque, a seguir, observa-se a utilização de diferentes perfis étnicos:

Figura 4: Perfis étnicos.



Fonte: Testamento de Garcia D'Avila, LIIT, 1609.

Transcrição:

[...] Declaro, que deixo forro a Fernando meu **escravo de Guiné**, que está /em Jacuipe, esua mulher Marqueza, esua filha Ignez, e **Domingos Negro Alfayate**, marido dadita Ig/nêz, e seus filho Manoel, e **Faustina daterra**, mulher de **Vicente forro**, e a José, e Romaõ seus filhos; e de=/ claro, que **Brizida mulata** atenho por forra, equando haja duvida, por tal adeixo, e a liberto [...] (LIIT, 1609, f.71r, L. 26-29).

De acordo com a obra lexicográfica de Antônio Silva (1789), observa-se que o vocábulo negro passou a ser sinônimo de escravizado, o que explica a expressão “negros da terra”, que fazia referência aos indígenas, quando escravizados. Por outro lado, a expressão crioulo (a) era empregada ao escravizado nascido na colônia, em oposição ao africano, também denominado preto, que nascido em África:

Negro, s.m. Homem preto, 2. Fig. Triste, desgraçado (v. 2, p.340), é utilizado como sinônimo de escravizado.

Crioulo, *s.m.* 1. O escravizado filho de africanos que nasce em casa do senhor; 2. Não comprado; 3. Animal, cria que nasce em nosso poder (SILVA, 1789, v.1, p.496).

Outros dois epítetos são empregados para designar os mestiços, conforme registra Bluteau (1728):

Mulata, *s.f.* Filha da miscigenação entre branco e negro; 2. Por associação ao animal híbrido, mula (v.5, p.628).

Pardo, *s.m.* Pessoa de cor entre o branco e o preto (BLUTEAU, 1728, v. 6, p. 265).

Nas nomeações empregadas para identificar os mestiços, observa-se uma denominação mais utilizada quando se tratava de mestiço forro ou nascido livre, o pardo (a), e uma outra que denota a inferiorização e a equiparação a animais, utilizada para fazer referência aos escravizados ou forros, mulato (a), evidenciando preconceitos que se perpetuaram através dos séculos. (ANDRADE; PEREIRA, 2020).

Já o **Escravo de Guiné**, expressão que foi utilizada genericamente no início da colonização, identificando escravizados africanos, procedentes da região Congo-Angola, de acordo com Mattos (2006), seriam principalmente negros de origem bantu.

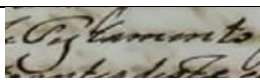
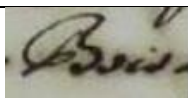
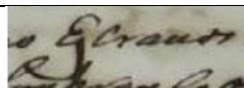
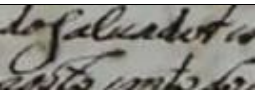
Outros aspectos observados são as relações familiares construídas na diáspora entre cativos, libertos e forros e suas diversificadas ocupações, que não se restringiam apenas a serviços no Engenho de açúcar, mas também ao contexto urbano, como é exemplo o alfaiate, mencionado no trecho acima, tipo de atividade artesã. Outras prestações de serviço como barbeiros, sapateiros, ferreiros, entre outros ofícios são mencionadas nos manuscritos.

5. Análise Paleográfica

No contexto de ampliação do exercício da escrita em língua portuguesa, desde as primeiras décadas do século XVI observa-se a existência de grande vacilação no uso das formas gráficas.

Nos documentos selecionados para o presente estudo, a escrita é regular, homogênea no traçado cursivo e no tamanho das letras, respeitando a pauta, as linhas imaginárias e as margens, com pouca ocorrência de borrões ou rasuras, denotando a habilidade dos *scriptores*. Há grande ocorrência de variação no traçado das letras, o que dificulta a leitura. A seguir, exemplifica-se tal variação observando o traçado o grafema <s>, conforme a posição na palavra:

Quadro 3: Variação de traçado do grafema <s>:

Traçado:	Transcrição:	Localização:
	‘Testamento’	(LIT, f. 165 v, L 13)
	‘Bois’	(LIT, f. 165r, L 11)
	‘Escravos’	(LIT, f. 165 r, L 11)
	‘Salvador’	(LIT, f. 163 v, L 3)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

6. Abreviaturas

As abreviaturas são certamente um dos maiores desafios na leitura dos manuscritos, exigindo o respaldo dos conhecimentos paleográficos para sua decifração. A seguir apresentam-se algumas das abreviaturas identificadas no *corpus* selecionado.

Quadro 4: Exemplos de Abreviaturas

Imagem	Desenvolvimento	Classificação	Localização
	Instrumemto	<i>Letra sobreposta</i>	LIT, F 241 v, L.16
	aqual	<i>Letra sobreposta</i>	LIT, F 241 v, L.24
	que	<i>Suspensão ou apócope</i>	LIT, F 242 v, L. 15
	Comferido	<i>Suspensão ou apócope</i>	LIIT, F 73 r, L. 2
	Barbosa	<i>letra sobreposta</i>	LIIT, F 73r, L. 3

Fonte: Elaborado pelas autoras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre os cinco documentos selecionados demonstrou que o gênero testamento, documento diplomático, embora apresente algumas variações em suas fórmulas conforme o estilo mais simples ou mais prolixo do *scriptor*, mantém as suas características principais durante o período colonial, sempre com forte influência do imaginário católico na tradição discursiva. O estudo paleográfico mostrou aspectos das abreviaturas e variações nos traçados dos grafemas, a exemplo do grafema <s>, mesmo considerando-se um único *scriptor*.

Os testamentos, feitos inicialmente com a intenção de contemplar os pedidos espirituais e os temporais, eram redigidos pelo próprio autor ou por alguém de sua confiança e designava as ações desejadas a serem executadas *pos mortem*. Quanto às mulheres, os documentos evidenciam a situação de desprestígio, visto que mesmo sendo autoras, em geral não assinavam, devido à falta de letramento.

No *corpus* analisado ficam evidenciados alguns perfis socioculturais relativos aos testadores, representando o colonizador, e aos negros, em sua maioria escravizados, definidos por meio dos epítetos que acompanham os seus prenomes. Através do esclarecimento de termos associados aos negros naquela época fica evidente o preconceito e desigualdade por eles enfrentados, havendo variação da forma de tratamento, conforme fosse escravo, liberto, ou nascido livre. A diversidade de origens, suas denominações e ofícios mostram a construção de novas identidades para escravizados e libertos, na sociedade colonial cujos reflexos são observados ainda hoje. Desse modo, a leitura dos documentos selecionados ratifica a importância dos estudos filológicos para a ampliação do conhecimento acerca da diáspora africana na América portuguesa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rafaela Muniz de; PEREIRA, Norma Suely da Silva. Igreja e escravidão no período colonial: a relação entre o clero e seus cativos. *Revista Philologus*, a. 26, n. 76. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2020.

ARAÚJO, A.C. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Reflexões sobre a pesquisa historiográfica dos testamentos. *Justiça e História: Centro de Memória do Judiciário*. v. 5, n. 10, 2005.

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e Tipologia Documental em arquivos*. 2. ed. rev. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta semiótica et Linguística*. João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). *Revista arquivo nacional*. 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600/598>

KEWITZ, Verena; SIMÕES, José da Silva. O corpus do projeto para a história do português brasileiro: a constituição de corpora histórico baseado em critérios de tradições discursivas. In: CASTILHO, A. *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 206-243.

LOSE, Alcília Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório (org.) *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*: editando 430 anos de história. Salvador: Memória e arte, 2016. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-I/>.

MATTOS, Regiane Augusto de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné*: grupos étnicos e formações de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História- FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

PEREIRA, Norma Suely da S. Os rituais da “boa morte” na Bahia colonial a partir da análise de testamentos. In: HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene Lopes R.; LUCENA, Rubens M. (org.). *ALFAL 50 anos*: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos. *E-book*. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 1013-1042.

PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da terra, gentio da Guiné*: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana. Capitania de São Paulo, 1697-1780. UFPR, Dissertação de doutorado em história. Paraná, 2014.

RODRIGUES, Cláudia; DILLMANN, Mauro. “Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação”: modelos católicos de testamentos no século XVIII. *História Unisinos*, v. 17, n. 1, São Leopoldo, 2013.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br>.

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica: africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa, *Cahiers des Amériques latines*, n. 44, p. 77-96, 2003.

SOARES, Katharine Silva de Oliveira. A estrutura de testamentos do século XVIII da Capitania do Ceará. O fazer filológico em *stricto* e *lato sensu*. v 8, n 2. *RevDia*. 2020.

TELLES, Célia M. et al. Os livros do Tombo contam sua história. In: LOSE, Alcília D.; PAIXÃO, Dom Gregório, OSB. (org.) *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da*

Bahia: editando 430 anos de história. Salvador: Memória & Arte, 2016. v.1, p. 51-140.
Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-i/>

